



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 185 / JANEIRO-FEVEREIRO 2018 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Os trabalhadores transferidos para as Juntas exigem o respeito pelos seus Direitos!**
- 7 **Complexo de Marvila: condições de trabalho precárias**
- 10 **Importantes conquistas para os trabalhadores da Limpeza Urbana da CML**
- 15 **O que importa sublinhar no Orçamento do Estado para 2018**
- 16 **Basta de precariedade laboral na Administração Local**
- 20 **Palestina livre e independente!**

EDITORIAL

Começamos o ano com expectativas, mas nem todas irão corresponder ao que de facto ambicionamos, nomeadamente no que concerne aos salários, que se mantêm no mesmo patamar estagnado que marcam os últimos anos. A luta deverá ser intensificada, caso contrário, cairemos na lógica da subsídio-dependência, esquecendo o que é central em tudo o que diz respeito a uma justa remuneração pelo trabalho prestado. Os complementos remuneratórios são importantes, mas mascaram no essencial a ausência de vontade política de sucessivos governos, e o actual não é excepção, em actualizar e valorizar os salários dos trabalhadores da administração pública.

Os descongelamentos das progressões na carreira não irão disfarçar esta realidade, já que se trata de um direito e uma obrigação de quem governa, independente da questão salarial. Uma medida que irá abranger apenas, ao que tudo indica, menos de metade dos trabalhadores da função pública. Acresce a decisão incompreensível para estes quase 50%, receberem em quatro tranches (a última em Dezembro de 2019?!) o valor correspondente a essa progressão, significando na prática uma ausência de acréscimo real no poder de compra dos trabalhadores e das suas respectivas famílias.

No plano concreto da cidade de Lisboa, somos confrontados neste início de ano, com o agravar de inúmeros problemas que há muito carecem de resposta do actual poder político da cidade, agora com um “novo Zé” no Executivo. Veremos se faz falta ou não face aos interesses dos trabalhadores do município. Mas os sinais são já de si preocupantes, como no caso concreto da intenção anunciada pela concessão do Teatro Maria Matos, equipamento municipal sob a gestão da EGEAC. A luta, de trabalhadores e população, determinará o resultado final deste processo. Mas baixar os braços não é um conceito que nos caracteriza.

No Arquivo Municipal do Bairro da Liberdade, nos Julgados de Paz, no Posto de Limpeza de Marvila, no Edifício do Campo Grande, nos equipamentos dos Espaços Verdes, entre muitos outros locais de trabalho, os trabalhadores, as suas expectativas, as suas condições de trabalho, em suma, os seus direitos parecem ter sido esquecidos pelo Executivo. Cá estaremos para os lembrar do que urge resolver. Sempre com a luta de quem trabalha.

Valorizamos por isso a disponibilidade para a luta dos trabalhadores da Limpeza Urbana da Câmara Municipal que, após intensas negociações entre STML/STAL e o Executivo, conseguiram alcançar respostas positivas face às suas reivindicações que apontavam o caminho da greve na semana do natal caso não fossem atendidas. Um exemplo a ter em conta para todos os sectores profissionais e todas as realidades laborais.

Sobre as Juntas da cidade, o STML tem vindo a reunir com a maior parte dos novos Executivos, dando a conhecer ou simplesmente reavivando os problemas que afectam os seus trabalhadores. Um processo que só estará concluído quando todas as reivindicações estiverem de facto sanadas.

Uma última nota para GEBALIS, estando em curso os trabalhos da Comissão Paritária recém-constituída, com a incumbência em construir os vários regulamentos que orientarão um conjunto de matérias do interesse dos trabalhadores que, na óptica dos sindicatos, procurarão defender os seus direitos e expectativas.

A todos os associados do STML que acompanhamos, a todos os trabalhadores, sem esquecer as suas famílias, a Direcção do Sindicato deseja um excelente ano na medida exacta da vossa, da nossa capacidade de organização e luta por uma vida melhor.

2018



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 185 / JANEIRO-FEVEREIRO 2018

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis **Corpo Redactorial** Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project



Os trabalhadores transferidos da CML para as Juntas em 2014 exigem o respeito pelos seus Direitos!

Uma delegação do STML, composta por Dirigentes e Delegados sindicais, deslocou-se aos Paços do Concelho, a 19 de Dezembro, com o propósito de entregar ao Presidente Fernando Medina o abaixo-assinado com cerca de 400 assinaturas de trabalhadores transitados da CML para as Juntas de Freguesia em 2014, exigindo-se a resolução do problema das folgas acumuladas e ainda gozadas. Na ausência do Presidente da CML, a referida delegação foi recebida pela sua Chefe de Gabinete.

Relembramos o teor do abaixo-assinado, sublinhando os seus fundamentos e objectivos.

Assim,

- Face aos compromissos assumidos pelo então Presidente António Costa (em 2014) e do Vice-Presidente Duarte Cordeiro (em Dezembro de 2015) por regularizar este problema em concreto;
- Considerando a sua não resolução à data, materializando mais de três anos de uma espera exasperante no plano de um problema que compete excessivamente à CML solucionar;
- Neste contexto, os trabalhadores das várias Juntas da cidade exigem, o quanto antes, uma decisão política urgente do actual Executivo Municipal junto dos executivos das Freguesias onde este problema persiste, permitindo construir um caminho real ao exercício efectivo deste direito, seja pela via da sua compensação ou usufruto dos dias de folgas acumuladas ao longo de vários anos ao serviço da Limpeza Urbana da autarquia de Lisboa.

Relembramos que se trata de um problema que se arrasta inextricavelmente desde que os cerca de 800 trabalhadores da Limpeza Urbana foram transferidos da CML para as Juntas de Freguesia (em Março de 2014). A situação identificada pelo STML foi

colocada ao então Presidente António Costa (em Junho de 2014), comprometendo-se o mesmo em ata, a conceder a estes trabalhadores o direito do gozo destas folgas, assumindo a CML o compromisso em negociar com as diversas Juntas nesse sentido.

Os dias de descanso (folgas) não efetivados, foram obtidos ao longo de vários anos de trabalho na Higiene Urbana da Câmara Municipal realizado ao domingo. Sendo este um dia de descanso obrigatório, os trabalhadores têm, por Lei, direito ao 'descanso compensatório por trabalho prestado', sendo o mesmo gozado nos três dias seguintes ao domingo em que se trabalhou.

Por "necessidade de serviço", referiam as chefias, ou seja, pela falta de pessoal crónica neste sector, os trabalhadores eram impedidos de gozar a folga correspondente, acumulando por esta via dias e dias que até hoje lhes são devidos.

Certo é que, actualmente, na maioria das Freguesias a situação está resolvida, porém, outras existem onde o problema se mantém. Apesar da disponibilidade demonstrada por muitos Executivos de Juntas, cabe à CML iniciar os trâmites necessários à sua real resolução.

Em suma, o que denunciámos e queremos ver solucionado foi subscrito por um número muito substancial dos trabalhadores, demonstrativo da posição clara de que não abdicaremos deste Direito.

Salientamos por último, a solidariedade de muitos trabalhadores de Juntas de Freguesia em que o problema está resolvido, mas que fizeram questão de assinar o abaixo-assinado, colocando-se ao lado dos seus camaradas de trabalho. A luta irá continuar inevitavelmente.



No RSB urge concretizar os compromissos assumidos pela CML com o STML!

Os Bombeiros Sapadores do Município de Lisboa exigem da parte do poder político e do Comando do RSB, a assunção dos compromissos assumidos com este Sindicato. Neste sentido, é premente executar eficazmente as Propostas já aprovadas em reunião de Câmara e até agora não implementadas pelo respectivo Executivo.

Referimo-nos à construção ou melhoramento dos e nos quartéis existentes, encontrando-se neste momento vários equipamentos sem condições de habitabilidade, colocando em causa a saúde e segurança dos bombeiros que aí prestam serviço. Exemplos concretos são o Quartel da Avenida Defensores de Chaves, Benfca, Encarnação, entre outros. Ironicamente foram já aprovadas obras de melhoramento ou novas construções, cujos prazos foram ultrapassados há mais de um ano. Não esquecemos ainda, no plano das viaturas, situação idêntica, continuando assim os bombeiros a desempenhar as suas funções em viaturas velhas e degradadas, que não reúnem as condições mínimas à segurança e eficácia das missões em que são envolvidos.

Acresce, no contexto dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI), o atraso na sua entrega que justificou inclusive um abaixo-assinado de denúncia e protesto promovido pelo STML. Contudo, apesar de a sua resolução ter ocorrido fora do prazo previsto, superando o bloqueio de uma providência cautelar imposta em sede de Tribunal, não podemos deixar de nos congratular pelo empenho demonstrado na sua célere entrega aos bombeiros.

Desde há muito que este sector profissional vem lutando com a determinação que os caracteriza pela melhoria das suas condi-

ções de trabalho, pela dignificação da carreira, bem como pelo reconhecimento efectivo dos seus Direitos, Liberdades e Garantias, não compreendendo assim que o Comando do Regimento permita atropelos hierárquicos no RSB, para os quais este sindicato, atempadamente, aconselhou que se tomassem cautelas. Atropelos que põem em causa não só a área operacional, mas também a parte administrativa.

Não é aceitável que, após o estabelecimento de regras e critérios em Ordem de Serviço (OS), os mesmos não sejam cumpridos, fazendo tábua-rasa de tudo o que foi debatido e assumido com as estruturas sindicais.

O Comando do RSB deve, de uma vez por todas, assumir as "rédeas" e tomar as atitudes correctas sem receio de ferir susceptibilidades. Importante neste sentido, a auscultação de todos os intervenientes, como os órgãos de chefia e as estruturas sindicais. Essencial, além da emissão de orientações, o devido controlo de execução, obtendo, sempre que necessário junto das chefias dos vários órgãos, as responsabilidades respectivas.

Exige-se por último, uniformidade de critérios, para que a instituição progrida, sem defraudar as legítimas expectativas dos seus profissionais. Será determinante, neste contexto, que cada qual saiba o lugar que ocupa dentro da instituição e se comporte em conformidade dentro das exigências de uma organização hierarquizada.

O STML continuará a acompanhar de perto os problemas dos Sapadores Bombeiros, parte integrante e actuante da e na cidade junto de quem vive, trabalha ou visita Lisboa.



Arquivo Municipal de Lisboa em rota de colisão...

É do conhecimento público que durante o ano de 2018, está prevista a transferência de trabalhadores e serviços afectos à Direção Municipal da Cultura, Videoteca (Largo do Calvário) e Arquivo Municipal (Bairro da Liberdade) para as instalações do Alto da Eira, que se encontram em fase de recuperação.

Apesar do referido conhecimento público sobre as decisões políticas assumidas no anterior mandato autárquico, os trabalhadores do Arquivo Municipal do Bairro da Liberdade, enquanto parte interessada neste processo, têm sido alheados do mesmo, numa prática de todo incompreensível.

Constata-se uma desvalorização altamente contraproducente por parte da CML, face aos contributos passíveis de serem importados pelo conhecimento e experiência dos trabalhadores em causa num eventual processo de reinstalação e operacionalização do Arquivo Municipal de Lisboa. O descontentamento crescente dos trabalhadores leva-os inclusive a solicitar a mobilidade interna para outros serviços municipais.

Por tudo isto, iremos entregar brevemente um abaixo-assinado onde os trabalhadores exigem uma reunião entre a Vereadora do Pelouro da Cultura e o Vereador dos Pelouros dos Recursos Humanos e Finanças. Uma reunião que deverá envolver, num espaço adequado ao efeito, todos os trabalhadores permitindo que este assunto possa ser reflectido e debatido valorizando, sem excepção, todos os potenciais contributos.

O STML relembra, uma vez mais, o compromisso assumido, entre o Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos e Finanças, no que concerne aos trâmites implícitos à mudança física de serviços municipais, procurando salvaguardar em todas as dimensões possíveis os interesses e direitos dos trabalhadores e as condições de saúde e segurança no trabalho.

Os casos que se prevêem para a Direcção Municipal da Cultura não são excepção!

Julgados de Paz Exigência por melhores condições de trabalho

Os trabalhadores dos Julgados de Paz, instalados numa loja em Telheiras, debatem-se há vários anos com a falta de condições de trabalho e sentem na pele o “abandono” a que foram sujeitos pela CML.

É vergonhoso o facto destes trabalhadores apenas terem tido conhecimento da tolerância de ponto, do dia 2, no próprio dia quando se apresentaram para trabalhar. Não só não têm condições de trabalho como não têm acesso à informação da CML. Sobre este assunto, e em reunião entre o STML e a CML/DRMH, foi consensual que este espaço não tem condições para albergar estes serviços. Deste modo, a DMRH ficou de realizar uma visita ao local, além de equacionar uma alternativa à sua alteração/relocalização.

Apesar do compromisso assumido pelo Executivo, preconizando a alternativa de alteração do espaço ou relocalização do mesmo, numa prática de todo incompreensível, não foi concretizada até à data qualquer acção nem dada qualquer justificação sobre o assunto aos trabalhadores.

O STML valoriza as intenções expressas em reunião pelo Vereador dos Recursos Humanos e Finanças.

Porém, considerando que as promessas feitas foram defraudadas sucessivamente neste caso em particular, já que os problemas continuam sem resolução, estando os trabalhadores a desempenhar funções em condições de trabalho que prejudicam a sua segurança e saúde, foi decidido em plenário realizado pelo STML, avançar com um abaixo-assinado e com uma queixa junto da ACT.

Exige-se ao Executivo da CML, que assuma de uma vez por todas as decisões políticas que visem a salvaguarda do direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a segurança e a saúde dos trabalhadores.

O STML não baixará a guarda sobre o que actualmente se passa nos Julgados de Paz.



Caderno Reivindicativo dos Trabalhadores-Jardineiros dos Espaços Verdes

A 18 de Janeiro uma delegação do STML entregou ao Presidente da CML o Caderno Reivindicativo dos trabalhadores dos espaços verdes, concretamente dos jardineiros.

Ao longo dos últimos meses, foram identificados, avaliados e debatidos com os trabalhadores-jardineiros e jardineiras das várias instalações municipais os problemas, soluções e reivindicações face a uma realidade depauperada que afecta negativamente a sua vida profissional, pessoal e familiar, mas também a qualidade de vida dos lisboetas no seu direito a espaços públicos e jardins de qualidade, bem tratados e agradáveis.

Além da carência gritante de profissionais e apesar da perspectiva da abertura de concurso para colmatar oito (8) vagas no mapa de pessoal, claramente insuficiente para não dizer irrisório, ao estado calamitoso da maior parte do edificado afecto à Direcção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia (DMEVAE) sob a alçada do Vereador José Sá Fernandes, à insuficiência em meios mecânicos, ferramentas e utensílios, a fardamentos e equipamentos de protecção individual ineficientes ou mesmo inexistentes. É também essencial valorizar e recuperar a Escola de Jardinagem como instituição municipal privilegiada no campo da formação de novos jardineiros. Dos 13 equipamentos afectos à DMEVAE, todos carecem de intervenções e melhoramentos. Todos revelam problemas há muito conhecidos e até agora secundarizados. Todos exigem intervenções urgentes que respondam e garantam condições de saúde e segurança no trabalho, além de dignificar os respectivos trabalhadores.

Muitos são os problemas acumulados face a anos sucessivos de desinvestimento deliberado, visando construir o argumentário que justifica a concessão a empresas privadas da gestão e manutenção de um número crescente de espaços verdes da cidade.

Uma política de privatização camuflada, a ritmo lento é certo, mas apontando sempre uma mesma direcção consubstanciada na desvalorização do serviço público em função do interesse privado. Irónico acrescentar que sempre que uma das empresas com quem a CML contratualiza a exploração de um bem público, como são os espaços verdes da cidade, falha nas obrigações a que foi sujeita (demasiadas vezes sem qualquer tipo de penalização efectiva), são os trabalhadores da autarquia que procuram reparar o mal feito, recuperando as espécies danificadas, limpando e podando, em suma, reintroduzindo a beleza natural do jardim fazendo com que os seus objectivos se realizem plenamente perante todos os que nele procuram um ambiente saudável quer em termos físicos mas também visuais, não descurando a sua vertente estética na arquitectura geral da cidade.

Lisboa é mais bonita e apetecível com espaços verdes também eles belos e desejáveis.

Um slogan que até poderia ter a concordância do Executivo camarário, em teoria e talvez apenas em momentos eleitorais. Na prática, face aos resultados que temos vindo a discriminar, a realidade é claramente em sentido oposto ao muitas vezes apregoado.

Quem paga a factura por esta opção política? Obviamente, os trabalhadores, a população e a cidade de Lisboa aos olhos de quantos a visitam e nela trabalham. O STML e os trabalhadores-jardineiros da CML irão continuar a lutar para que a cidade que tanto nos orgulha, continue a ser motivo de cobiça, mas pela positiva, inversamente ao que tem sido apanágio quando se valoriza, sem pudor, a cobiça de uma mão cheia de empresas privadas que à conta do erário público aumentam os seus lucros.

É preciso devolver os jardins à cidade e à gestão directa pela CML.



Complexo de Marvila: condições de trabalho precárias

Os trabalhadores da CML afetos ao Complexo de Marvila não aguentam mais as condições de trabalho precárias a que estão sujeitos.

Os trabalhadores da CML que ocupam o Complexo de Marvila, principalmente cantoneiros entre outras categorias profissionais, têm-se deparado com condições de trabalho inaceitáveis, principalmente no que concerne ao edificado em geral que não cumpre minimamente as condições de saúde e segurança no trabalho.

Acresce a ausência por uma eficaz organização dos materiais e equipamentos aí armazenados que nos últimos meses tem provocado profundos constrangimentos aos trabalhadores afetos a este local de trabalho da responsabilidade da DMHU/DHU/DLU.

Considerando não estarem reunidas e muito menos respeitadas as condições de saúde, segurança e higiene no trabalho, há muito identificadas pela própria Câmara Municipal através dos relatórios produzidos pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), não se compreende como se tem protelado a resolução dos inúmeros problemas que afectam negativamente a vida de quem diariamente exerce as suas responsabilidades profissionais neste local de trabalho.

Verifica-se, a título de exemplo, a ausência de um espaço condigno para refeições ou de um espaço de lazer. Acresce, actual e objectivamente, um local apropriado à informação sobre a organização do trabalho, nomeadamente no que é denominado pela 'hora do ponto', momento em que são atribuídos os circuitos a realizar e respectivas equipas.

Observa-se ainda o facto de muitas vezes os trabalhadores serem impelidos a esperar em espaço aberto, sujeitos às intempéries típicas desta época do ano. Soma-se a existência de uma

caldeira que não responde eficazmente, em termos de quantidade de água quente, face ao actual número de trabalhadores (do período diurno e noturno). Agravam-se por esse motivo, com a chegada do inverno (frio e chuva), os riscos evidentes para a sua saúde e integridade física.

Em termos mais globais, a falta de pessoal e a carência de meios mecânicos adequados, eficientes ou mesmo em condições mínimas para circulação na via pública, têm contribuído para uma degradação inadmissível das suas condições de trabalho.

Por estas muitas razões, todas perfeitamente entendíveis e absolutamente legítimas, o STML promoveu um abaixo-assinado subscrito pela esmagadora maioria dos trabalhadores do Complexo de Marvila onde se exige a resolução imediata dos problemas há muito conhecidos pelos responsáveis máximos da CML e até agora ignorados ou secundarizados.

A data para a entrega deste documento e as formas de luta que se seguirão serão decididas em plenário com os trabalhadores, não se excluindo nenhum mecanismo ao nosso dispor que oportunamente colocado em prática procure, no essencial, dar resposta às suas expectativas, defendendo os seus direitos e interesses.

No momento em que escrevemos este artigo, ultima-se a recolha dos referidos abaixo-assinados, seguindo-se a marcação do referido plenário.



2018 traz novos desafios para os trabalhadores da GEBALIS

Mais de duas centenas de trabalhadores da GEBALIS conseguiram que fosse celebrado o tão ambicionado Acordo de Empresa (AE), um importante documento que, inegavelmente, irá contribuir para a respectiva valorização profissional. Estes trabalhadores viram compensados, desta forma, os sacrifícios de anos de estagnação salarial. O AE estabelece, entre outras regras, um processo inédito na empresa de progressão nas carreiras aplicado a todos. Estas eram duas das mais antigas reivindicações que já tiveram tradução prática no recibo de Janeiro de 2018. Assim, fica garantida a transparência na política salarial da GEBALIS.

Em Janeiro, foi constituída a Comissão Paritária de Acompanhamento do Acordo. Com representantes das três partes que o assinaram, este órgão irá fazer o acompanhamento e a avaliação da sua implementação. A Comissão vai ainda criar os regulamentos de avaliação de desempenho, assiduidade e pontualidade, formação profissional e saúde, higiene e segurança no trabalho.

Durante todo este processo, o STML viu, com agrado, a união e organização dos trabalhadores da GEBALIS, imbuídos de um espírito interventivo. Factor que se revelou essencial à resolução dos seus problemas, acumulados ao longo de mais de duas décadas de existência da empresa. Agora, novos desafios se apresentam, quer para o STML quer para os trabalhadores.

À cabeça desses desafios surge a necessidade, transversal a todos os serviços, de reforçar o número de trabalhadores. Este objectivo deve ser prioritário na equipa dos técnicos administrativos, cuja principal função é atender diariamente os munícipes nos doze Gabinetes de Bairro espalhados pela cidade de Lisboa e na Loja do Cidadão de Marvila.

Outro desafio passa pela necessidade de melhorar as condições de trabalho, sendo prioritário a realização de obras de requalificação na maioria dos espaços de trabalho da empresa.

Paralelamente, e por forma a garantir a salvaguarda da integridade física e o reforço da segurança dos seus trabalhadores, é necessário reorganizar a estrutura da Direcção de Intervenção Local da Gebalis, deslocando ou unindo os Gabinetes de Bairro.

Já no mês de Janeiro, o STML conseguiu que fossem eleitos pelos trabalhadores dois Delegados Sindicais. O desafio será agora eleger, em conjunto com o STAL, os Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho.

EGEAC – impõe-se o caminho da privatização no Teatro Maria Matos?

Ficámos todos a saber a 17 de Dezembro, por uma entrevista da vereadora da cultura da CML, Catarina Vaz Pinto, a pretensão de concessionar o Teatro Maria Matos, através de um concurso a iniciar em Janeiro de 2018. Ficámos também a saber, Sindicato, trabalhadores e lisboetas, que o Teatro Luís de Camões, em Belém, e o Teatro do Bairro Alto, antiga Cornucópia, serão integrados na EGEAC.

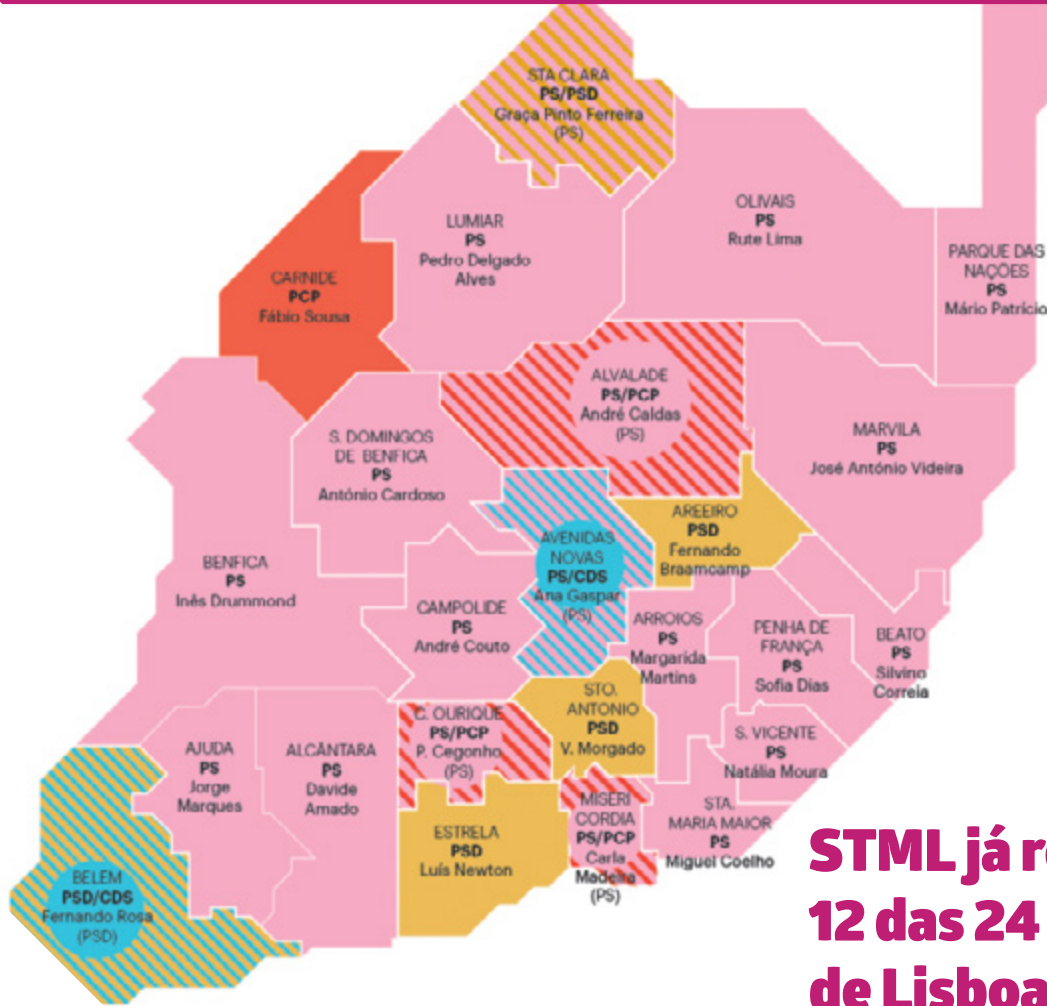
Apesar do Conselho de Administração da EGEAC se ter pronunciado, informalmente, sobre e com os trabalhadores, referindo não haver prejuízo nos seus direitos, a verdade é que nada destas decisões foram debatidas séria e atempadamente com quem é parte central em todo este tipo de processos: os trabalhadores.

Estranha-se que uma medida desta dimensão e com as repercussões que poderá ter, tenha sido divulgada aos meios de comunicação social pela vereadora e não pelo seu Conselho de Administração. Questiona-se também o silêncio sobre este projecto cultural na candidatura do PS/Fernando Medina nas eleições que ocorreram dois meses antes.

Do plenário realizado pelo STML a 21 de Dezembro, com os trabalhadores deste equipamento, decidiu-se elaborar um abaixo-assinado “Pela defesa do Serviço Público no Maria Matos Teatro Municipal” onde é exposto que os trabalhadores da EGEAC defendem e exigem:

- A continuidade do Maria Matos Teatro Municipal enquanto instrumento de política cultural pública, revogando a intenção de concessão a privados;
- O compromisso por parte do Conselho de Administração da EGEAC e por parte da CML na garantia da manutenção de todos os postos de trabalho, direitos e respectivas competências funcionais;
- O envolvimento dos trabalhadores em todo o processo de decisão que envolva o futuro deste importante equipamento cultural para a cidade de Lisboa.

Neste documento os trabalhadores informam que em conjunto com o seu sindicato, o STML, estão disponíveis a novas formas de luta que se considerem oportunas e indispensáveis à resolução das suas reivindicações. Esperamos agora o agendamento de uma reunião urgente com o CA da empresa.



STML já reuniu com 12 das 24 Juntas de Freguesia de Lisboa

Após as eleições autárquicas de Outubro do ano passado, o STML solicitou reuniões aos novos executivos eleitos. Até este momento reunimos com metade das 24 Juntas de Freguesia, concretamente com a **Ajuda, Alvalade, Av. Novas, Campolide, Estrela, Marvila, Misericórdia, Lumiar, Parque das Nações, Penha de França, Santa Maria Maior e Santo António**, estando agendadas mais algumas para os próximos dias.

O objectivo destas reuniões é continuar o processo de resolução dos problemas dos trabalhadores, muitos deles **já identificados em Cadernos Reivindicativos** entregues previamente. Noutros casos, efectuou-se agora a sua entrega, apesar de já se terem debatido anteriormente muitas das matérias inscritas. Nas Juntas onde houve mudança do Executivo, as reuniões serviram de apresentação e de identificação dos problemas prioritários a acompanhar e resolver.

Há preocupações que são transversais em todas as Freguesias, como o combate à precariedade. Este é um problema que alastrou depois da *reforma administrativa* da cidade de Lisboa que originou a criação, união e redefinição de Juntas de Freguesia, com posterior transferência de competências da Câmara Municipal. Existe agora a possibilidade de pôr um ponto final nesta chaga social, que é o recurso à contratação de forma precária de trabalhadores para desempenharem funções de carácter permanentes, através da extensão à Administração Local do Programa para a Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

Todas as autarquias do país deveriam ter enviado à DGAL até 31 de Outubro, a listagem nominal com as situações dos trabalhadores contratados precariamente (contratos a termo, recibos-verdes, CEI, estágios, etc.) que desempenham funções permanentes.

Deverão agora nos próximos meses, proceder à abertura de concursos limitados tendo em vista a sua integração nos

respectivos Mapas de Pessoal através da celebração de um **CTFP por tempo indeterminado**. Deverão, neste processo imperativo, divulgar e fornecer a informação essencial aos interessados conforme previsto na Lei nº 112/2017, de 28 de Dezembro. O STML tem vindo a solicitar às Juntas de Freguesia, a informação sobre as situações existentes, ao mesmo tempo que alerta os trabalhadores para estarem atentos aos procedimentos necessários. Relembramos que o Gabinete Jurídico do Sindicato estará disponível para qualquer esclarecimento necessário.

O descongelamento das progressões dos trabalhadores da Administração Pública a partir deste mês de Janeiro é outro dos temas que temos debatido com os vários Executivos. É assim fundamental dar conhecimento a todos os trabalhadores da sua avaliação e respetivo número de pontos atribuídos no âmbito do SIADAP.

O gozo das folgas acumuladas pelos trabalhadores transitados da CML, o **pagamento da média do trabalho extraordinário aos trabalhadores acidentados** e o pagamento dos suplementos em período de férias, foram outros assuntos abordados aos quais esperamos respostas favoráveis pelos novos (as) Presidentes de Junta, face aos interesses e expectativas dos seus trabalhadores. As condições de Saúde e Segurança no Trabalho das instalações, a garantia da qualidade de EPI's e fardamentos, assim como a sua distribuição em quantidade suficiente e atempada, além do acesso a uma Medicina no Trabalho eficiente e dignificante, são outros dos temas recorrentes nas reuniões até agora realizadas. O STML procurará manter a sua regularidade, considerando a importância do diálogo institucional na resolução dos inúmeros e complexos problemas laborais que actualmente marcam a realidade nas Juntas de Freguesia de Lisboa.

Acompanhar e defender os direitos dos trabalhadores é a motivação que nos guia, como sempre foi apanágio deste Sindicato.



Importantes conquistas para os trabalhadores da Limpeza Urbana da CML

Perante os vários problemas que afectam de forma recorrente o sector da Limpeza Urbana da CML, os trabalhadores em conjunto com os sindicatos STML e STAL, decidiram colocar um pré-aviso de greve para o período de 26 a 29 de Dezembro.

Três objectivos concretos justificavam o pré-aviso de greve, nomeadamente a regularização dos trabalhadores com vínculos precários, o fim da lavagem de contentores por empresas privadas e o pagamento de todos os suplementos durante o período de férias.

Sobre os trabalhadores com vínculos precários, e tratando-se de uma questão que ambos os sindicatos têm acompanhado nos últimos meses com especial atenção, conseguiu-se que a CML renovasse os contratos de prestação de serviços com os respectivos trabalhadores, sempre com o objectivo da sua integração posterior no Mapa de Pessoal. Quanto à lavagem de contentores por empresas privadas, consideramos inaceitável qualquer tipo de externalização de serviços, tendo a CML a obrigação de criar as condições para assumir esta actividade.

No que diz respeito ao pagamento dos suplementos remuneratórios durante o período férias, a CML sempre assumiu o pagamento do suplemento de turno nestas circunstâncias. É portanto claro para nós que o mesmo critério fosse aplicado aos suplementos nocturno e de insalubridade, penosidade e risco.

Após o envio do pré-aviso de greve, realizaram-se várias reuniões com o Executivo em que se foram verificando alguns avanços, até se conseguir a satisfação duma parte substancial das reivindicações apresentadas. Tendo estas ficado registadas em Acta, assinada por todas as partes. De referir que durante a evolução das negociações, as Direcções dos dois sindicatos analisaram em permanência com os trabalhadores as propostas vindas do Executivo municipal.

Ficou assim assumido, em relação à regularização dos trabalhadores com vínculos precários, a renovação dos seus contratos como referido, até ser possível a sua integração no Mapa de Pessoal, considerando nesta temática os imperativos decorrentes da Lei nº112/2017 que procura regularizar as situações de vínculos precários na administração pública local.

Sobre a lavagem de contentores por empresas privadas, a CML assumiu que não é sua intenção a sua externalização, tratando-se duma situação temporária por falta de pessoal e de meios adequados. Assim, em relação aos contentores de 1.100 litros, a CML assume que vai constituir equipas próprias (com meios da autarquia) para desempenhar esta actividade (em paralelo com a empresa contratualizada) até ser possível satisfazer na totalidade esta necessidade de serviço. Quanto aos contentores subterrâneos, a Câmara assumiu que ainda não tem viaturas adequadas para este fim e só quando estiver instalada mais de



metade da rede destes contentores, assumirá medidas nesse sentido.

O pagamento do suplemento nocturno durante o período de férias com os respectivos retroactivos, foi o último ponto alcançado. Todavia, não foi possível chegar a acordo em relação ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco, não deixando ambos os sindicatos de manterem este objectivo para o futuro, não excluindo qualquer forma de luta que se considere necessária.

Para além da CML começar a pagar o suplemento nocturno no período de férias já para o ano de 2018, o Executivo comprometeu-se a pagar cinco (5) anos de retroactivos.

Assim, serão pagos no mês de Março de 2018, as verbas relativas aos anos de 2017, 2016 e 2015. **Os valores relativos aos anos de 2014 e 2013, serão pagos até Março de 2019.** Após a persistência de STML/STAL, a CML admitiu que, em face da sua disponibilidade orçamental, desenvolverá todos os esforços possíveis ao pagamento desta segunda tranche até 31 de Dezembro de 2018. Os pagamentos (quer no período de férias de 2018, quer dos retroactivos devidos) serão feitos a todos os trabalhadores que laboram em permanência no horário nocturno, aos trabalhadores que prestem pelo menos 1 hora diária neste período, e aos trabalhadores que prestem pelo menos 6 meses por ano no horário

nocturno. De referir que a última tranche (envolvendo o ano de 2013) irá também abranger os trabalhadores que em Março de 2014 foram transferidos para as Juntas de Freguesia.

Trata-se de uma importante e significativa vitória que nos permite entrar em 2018 com esperanças reforçadas, sabendo que é na capacidade dos trabalhadores se organizarem e lutarem pelos seus direitos, o caminho que melhor responde às suas legítimas e justas expectativas. Um exemplo que deve ser uma referência para todos os trabalhadores, independentemente do sector profissional ou realidade laboral de que fazem parte.

A luta continua e na Limpeza Urbana em particular, porque muito há ainda por resolver.



Uma grandiosa manifestação Nacional da CGTP-IN a 18 de Novembro

A CGTP convocou os trabalhadores dos sectores público e privado, jovens, reformados e desempregados para “uma grande manifestação nacional” em Lisboa a 18 de Novembro de 2017.

Arménio Carlos, anunciou a manifestação no Encontro Nacional da CGTP-IN, explicando que esta é uma luta pela “valorização do trabalho e dos trabalhadores, pela exigência do aprofundamento do rumo de reposição e conquista de direitos e pelo combate às injustiças e desigualdades”, entre outras reivindicações.

Milhares de trabalhadores de todo o país deslocaram-se a Lisboa para participar na manifestação nacional, com desfile entre o Marquês de Pombal e os Restauradores.

O aumento geral dos salários, a fixação do Salário Mínimo Nacional em 600 euros, o combate à precariedade, a revogação das normas gravosas da legislação laboral e a implementação de uma política que assegure a estabilidade no emprego e respeite os direitos dos trabalhadores de todos os sectores de atividade, foram as principais reivindicações, aprovadas numa resolução no fim desta grandiosa jornada de luta.

Os trabalhadores do município de Lisboa também marcaram presença, organizando-se no espaço do seu sindicato, o STML.

Nos próximos meses a luta irá revelar várias formas, mas destacamos desde já o Dia Internacional da Mulher a 8 de Março, a 28 do mesmo mês, o Dia Nacional da Juventude Trabalhadora e a 1 de Maio, no Dia Internacional do Trabalhador.

Em todos estes momentos não devemos vacilar, dando corpo e forma aos objetivos que procuram melhorar as nossas condições de trabalho e de vida. Sem participação, sem mobilização, sem consciência, dificilmente alcançaremos melhores salários, reposição e/ou mais direitos. Nas tuas, nas nossas mãos, o nosso futuro!

Jornada do “28 de Março”

Um ano novo se inicia e não perdemos tempo! Desde já começamos a preparar o **Dia Internacional da Juventude Trabalhadora** que se realizará em Lisboa a **28 de Março** no que seguramente será uma grande jornada de luta!

Porquê este dia e qual a História que o justifica? No dia 28 de Março de 1947, juntaram-se centenas de jovens num acampamento organizado pelo Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), em Bela Mandil, no Algarve. Um dia de coragem e resistência dos jovens que, em plena ditadura fascista, resistiram à intimidação, repressão e violência de guardas armados da GNR e de agentes da PIDE que os obrigaram a suspender imediatamente as actividades de convívio e a retirarem-se. Muitos foram presos, outros espancados. Após protestos das populações, muitos foram depois libertados.

Foi a luta destes jovens, integrada nas lutas do nosso povo, que contribuiu para que a Revolução de 25 Abril de 1974 se materializasse, permitindo a conquista da liberdade e da democracia e pondo cobro a 48 anos de ditadura fascista.

Não perdendo esse espírito continuamos determinados a defender e a lutar pelos nossos direitos. A lutar pelo direito a uma vida com futuro!

Continuamos a combater a chaga da precariedade e dos baixos salários, enquanto principais problemas que marcam negativamente a vida de milhares de jovens trabalhadores, já para não referir os muitos outros que não encontram trabalho.

É verdade que o Salário Mínimo Nacional (SMN) aumentou para os 580 euros. Mas mesmo assim, é insuficiente para fazer face às despesas mensais de um qualquer jovem que tenta sair de casa dos seus pais. Pior é, quando estamos perante um jovem pai ou mãe solteiros. Defendemos por isso que o SMN deve estar o quanto antes nos 600 euros. E mesmo assim, estaríamos longe do seu valor se o mesmo fosse actualizado todos os anos como a lei manda. O SMN, instituído em 1974 como conquista da revolução, segundo as contas da CGTP-IN e tendo em conta a inflação e a produtividade, deveria estar hoje nos **1.267,70 euros!** Ora, o valor actual é menos de metade disso.

Dia 28 de Março, estamos na rua. Antes estaremos contigo nos locais de trabalho, fazendo valer o Direito a teres Direitos. Com a tua força, com a nossa força, somos e seremos sempre mais fortes.



Plenário de sindicatos da CGTP-IN

Vindos de todas as partes de Portugal, cerca de 700 dirigentes e ativistas estiveram reunidos em Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, no passado dia 12 de Janeiro, no Cinema São Jorge, com o objectivo de aprovar as linhas de orientação para 2018.

O Gabinete de Estudos da CGTP-IN, através de Fernando Marques, fez uma análise aos dados de 2017 sobre os valores dos salários. O economista salientou a importância de intensificar a acção dos sindicatos na contratação colectiva, no aumento do salário mínimo, no combate à precariedade e na alteração da legislação laboral.

No plenário foram aprovadas as contas relativas a 2017 e o Plano de Actividades e Orçamento de 2018. Graciete Cruz, membro do Conselho Nacional da Intersindical, salientou que o aumento das novas quotizações reflecte o trabalho sindical. A perspectiva é que se verifique nova subida este ano.

Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP-IN, fez uma apreciação da situação político-sindical e apresentou as grandes orientações para 2018. Contextualizou que o mundo está ainda mais inseguro, tendo em conta as posições mais recentes do Presidente dos EUA acerca dos migrantes.

Salientou, por isso, a importância da moção de solidariedade da CGTP-IN pelo Povo Palestino onde se repudia o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado de Israel pela administração norte-americana. A mesma foi aprovada por unanimidade.

Os sindicalistas fizeram a apresentação dos resultados conquistados pelas lutas travadas. Destaque para as intervenções do SITE Sul, nomeadamente com o plano de acção na Autoeuropa, e do SINTEVEC, que reafirmou a luta pelos direitos dos trabalhadores da TGI-Gramax (antiga Triumph).

Arménio Carlos enunciou as matérias que vão protagonizar a acção sindical da CGTP-IN em 2018: dar ainda mais ímpeto à Petição Contra a Precariedade e intensificar a Campanha de Direitos; combater o desemprego e promover o emprego de qualidade; exigir aumentos salariais e a subida das remunerações mais baixas para os 600€; dinamizar a contratação colectiva e revogar a sua caducidade; e exigir a melhoria dos serviços públicos.

O Plenário de Sindicatos da CGTP-IN procedeu à ratificação do pedido de filiação do Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia – STARQ. Foi ainda decidido haver mais empenho na celebração do Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional da Juventude e 1.º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador.

No fim do dia, centenas de dirigentes e ativistas de todo o País marcaram presença na vigília com as trabalhadoras da Gramax, demonstrando a sua solidariedade numa luta que será longa e dura se o actual Governo não intervir como lhe compete. Faltaria questionar sobre onde esteve Marcelo Rebelo de Sousa neste dia?



Frente Comum reúne com o Governo

No final do ano de 2017, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), reuniu com a Secretária de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) em duas ocasiões, a 29 de Novembro e a 18 de Dezembro.

Na primeira reunião a SEAEP começou por referir que a reunião foi convocada para discutir política de admissão de pessoal na Administração Pública, adiantando que não obstante ainda não estivesse disponível a versão final do OE para 2018 se previa um reforço de verbas para contratação na saúde, na educação, também no campo da segurança e saúde no trabalho, sectores mais deficitários no entendimento do Governo.

Quanto ao PREVPAP não existem números consolidados, contudo terão entrado 30.806 requerimentos na primeira fase e 2.885 na segunda fase. A FCSAP voltou a criticar o processo, desde logo os números contraditórios dos trabalhadores envolvidos. Identificados no relatório encomendado pelo Governo 116.000 com vínculos precários e apenas pouco mais de 30.000 apresentaram requerimentos. Manifestou-se mais uma vez contra a forma encontrada através da constituição das Comissões de Acompanhamento Bipartidas (CAB) e o seu funcionamento.

Questionado para quando o PREVPAP para a Administração Local. (A 29 de Dezembro saiu a Lei nº112/2017 sobre esta matéria.) Relativamente aos descongelamentos a SEAEP informou que estão a ser preparadas normas técnicas para aplicação a todos os serviços e as mesmas serão enviadas aos sindicatos antes de finalizadas. Esclareceu ainda que, os pontos que não forem contados para o descongelamento em Janeiro de 2018, ficarão no processo individual de cada trabalhador para contagem futura.

A FCSAP quer ainda discutir urgentemente os mecanismos de aposentação, bem como a aposentação das profissões de desgaste rápido. Sublinhado ainda a necessidade urgente de discussão das carreiras. Matérias que integram a Proposta Reivindi-

cativa Comum/2018, que têm que ser discutidas e negociadas. Quanto à aposentação a SEAEP afirmou a sua pertinência, sendo necessário articular com o Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Na reunião de 18 de Dezembro, a ordem de trabalhos tinha um ponto único, acidentes de trabalho, saúde e segurança no trabalho. A SEAEP propôs que se tratassem mais três temas, concretamente a Formação Profissional, apresentação de documento sobre o descongelamento das progressões e a calendarização da negociação para 2018.

Sobre a Formação Profissional, esteve presente a Directora-Geral do Direcção Geral da Qualificação dos Trabalhadores da Administração Pública (INA), comunicando o plano previsto para 2018. A FCSAP reafirmou a importância deste tópico, sendo uma reivindicação permanente.

A SEAEP entregou, para análise, um projecto de Regime de Segurança e Saúde no Trabalho, com o objectivo de instituir a SST na AP. A FCSAP, concordando no geral com esta necessidade, lembrou que há várias matérias relacionadas que tardam em ser respondidas, como o pagamento das indemnizações aos acidentados no trabalho, a lista ainda desadequada das doenças profissionais ou a regulamentação do subsídio de insalubridade e risco. A SEAEP compromete-se a regressar ao tema no final de Janeiro.

A SEAEP apresentou por último o documento sobre o descongelamento das carreiras. A FCSAP questionou sobre as progressões em 2019. Face a esta questão, a SEAEP não deu uma resposta clara, lembrando contudo que a decisão será assumida em função do “estado das finanças públicas” nesse momento.

Da parte da FCSAP, houve lugar à crítica ao governo por não estar a responder à PRC/2018 na sua totalidade, mas apenas pontualmente sobre matérias isoladas.



ORÇAMENTO DO ESTADO 2018

O que importa sublinhar no Orçamento do Estado para 2018

Depois dos anos de chumbo do governo de direita PSD/CDS, e prosseguindo o caminho iniciado com a nova solução governativa decorrente dos acordos parlamentares entre PS/PCP/PEV/BE, o Orçamento do Estado (OE) para 2018 apresenta um conjunto de novas medidas no sentido da defesa, reposição e conquista de direitos dos trabalhadores e do povo português. Porém, as medidas positivas que integram o OE 2018 não podem escamotear as suas múltiplas limitações, resultantes de opções claras do governo do PS no que diz respeito às imposições da União Europeia e à prevalência dos interesses do grande capital.

Na realidade, este OE é tímido na tributação do grande capital, continua a considerar intocáveis os ruinosos encargos com as parcerias público-privadas e sacrifica milhões e milhões de euros aos juros da dívida pública e à obsessão pelo défice. Pagam os trabalhadores ao ver apenas uma lenta, demasiado lenta, reposição de direitos e rendimentos. Pagam os serviços públicos que continuam a debater-se com constrangimentos graves, bastante visíveis na sua degradação e na sua ineficácia, sobretudo quando as populações mais deles precisam. Paga o futuro do País ao ver comprometido o investimento público.

Há medidas que importa valorizar, nomeadamente, o descongelamento das progressões na carreira da generalidade dos trabalhadores das Administrações Públicas. Mas, e os aumentos de salários que não se verificam para a grande maioria desde 2009? É algo inaceitável, e ainda mais censurável, quando é o próprio Governo a tentar iludir os trabalhadores usando uma retórica falhada que confunde aumentos de salário com descongelamento de carreiras.

Outras medidas positivas, reveladoras da influência das forças de esquerda no actual quadro político são o aumento extraordinário das pensões (que abrangerá mais de 1 milhão e 600 mil reformados), a isenção de pagamento de IRS para largos milhares de trabalhadores e reformados, ou o aumento do número de escalões de IRS, significando um desagravamento fiscal para quase 3 milhões de contribuintes do 2.º e 3.º escalões.

Em suma, o OE contempla medidas assertivas, mas continua a ser tímido quanto a colocar os direitos fundamentais dos trabalhadores e das famílias, assim como o interesse estratégico do desenvolvimento do País, acima do Tratado Orçamental e da obsessão do défice que condiciona o investimento público, limita a capacidade de resposta dos serviços públicos às necessidades das populações e secundariza os direitos dos assalariados em geral e os do sector público em particular.

Como a CGTP-IN tem vindo a denunciar, persiste “a contradição entre a aposta no desenvolvimento de Portugal e a opção por seguir as ‘orientações’ externas, sendo este um paradoxo cada vez mais difícil de evitar. Desde logo, torna-se imperiosa uma renegociação da dívida, num quadro em que os juros suportados pelo erário público transformam um superavit orçamental previsto para o final de 2018 de mais de 5,3 mil milhões de euros, num défice de quase 2 mil milhões de euros continuando assim a rapina ao excedente acumulado em saldo primário desde 2014.”

Infelizmente, não é ainda este OE que altera o sentido das políticas que comprometeram o desenvolvimento do país ao longo de décadas de maiorias parlamentares de direita, mas cremos que, com um 2018 de luta do povo e dos trabalhadores, seja nas ruas seja nas empresas, será possível ir muito mais além e almejar um Portugal com real esperança no futuro.

Basta de precariedade laboral na Administração Local

Um relatório da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), divulgado no passado mês de Dezembro, deu conta de 15.758 vínculos precários na administração local, o que corresponde a 14% dos trabalhadores. O número (vergonhoso e insustentável) lembra-nos a realidade com que nos debatemos, na Câmara Municipal de Lisboa, quando em 2008, e após uma árdua luta com o Executivo, se integrou nos quadros de pessoal da autarquia quase um milhar de trabalhadores precários.

Precisa o relatório que os organismos da administração local reconhecem ter 15.758 trabalhadores com vínculos precários a assegurar funções permanentes, sendo cerca de metade (46,6%) desempregados com contratos financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número apontado resulta de informação prestada por câmaras municipais, juntas de freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais de 308 municípios, com 260 a reportarem vínculos inadequados. Nas freguesias, 61% apontaram ter trabalhadores precários.

O relatório conclui que, daqueles 15.758 trabalhadores, 11.395 são assistentes operacionais, sendo que a maioria dos vínculos precários estão concentrados nos municípios e nas freguesias, em funções nas áreas da educação e da higiene e limpeza urbana. Decorrente dos chamados Contratos Emprego-Inserção (CEI), financiados pelo Estado através do IEFP, encontram-se 7.345 trabalhadores.

Os dados do relatório recentemente publicado referem-se ao número de postos de trabalho correspondentes a necessidades permanentes existentes entre 1 de Janeiro e 4 de Maio de 2017 com vínculos inadequados. Preocupante é serem referenciadas limitações do documento vindas de várias circunstâncias da recolha de dados, facto que pode fazer temer por um número global ainda maior.

Ao jornal Público, logo após a publicação do relatório, o secretário de Estado da Administração Local, Carlos Miguel, afirmou estarem reunidas em Janeiro as condições para que a situação destes trabalhadores comece a ser regularizada, “embora o número final possa ser ligeiramente diferente”. O governante lembra que “caberá a cada entidade e, no caso dos municípios, é a câmara e a assembleia municipal que terão de abrir lugares nos quadros de pessoal para depois lançarem os concursos ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários do Estado (PREVPAP)”.

Na Câmara de Lisboa, em Junho do ano passado, admitia-se existirem apenas 37 trabalhadores precários (apesar da CML ter um total de 387 “recibos verdes”). Nas juntas de freguesia e empresas municipais, o STML tem estado especialmente atento, procurando o compromisso sério com os diferentes executivos para a regularização de todos os trabalhadores que desempenham funções permanentes de serviço.

A precariedade no trabalho é uma chaga pessoal e social que tem, impreterivelmente, de ser combatida. Neste novo ano, espera-se que o Governo honre o compromisso de regularização dos vínculos em toda a Administração Pública e que o mesmo se passe ao nível dos municípios. Os dados estão lançados e, no caso particular de Lisboa, espera-se que este processo seja conseqüente.

O STML estará especialmente atento, intervindo sempre que necessário, para dizer basta à precariedade laboral no Município de Lisboa.



Manifestação Nacional da CGTP a 18 de Novembro

A Avenida da Liberdade foi pequena para conter a grande manifestação da CGTP-IN, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores e pelo direito a pensões de reforma dignas. Os reformados tiveram uma expressiva participação correspondendo ao apelo da Inter-Reformados/CGTP-IN, desfilando em conjunto com os trabalhadores no activo dos seus sindicatos.

Estávamos nas vésperas da aprovação final do OE 2018, oportunidade para acelerar o movimento de recuperação de direitos roubados pela governação de direita. Momento importante na demonstração pública dos anseios e reivindicações desta camada da população, penalizada por políticas de direita que, ano após ano, foram degradando a sua situação económica e que foi alvo de grave espoliação pelo anterior governo.

Factor de sustentabilidade – insustentável!

São muitos os aposentados que sentiram os efeitos nefastos, sobre a sua pensão de reforma, da introdução do factor de sustentabilidade a partir de 2008.

A CGTP-IN criticou, desde o início, a aplicação deste factor dependente da evolução da esperança média de vida. Provocou uma redução significativa no valor das pensões e consequente degradação da qualidade de vida e empobrecimento de sucessivas gerações de reformados.

Este regime foi muito agravado pelo Governo PSD/CDS. Com as alterações então introduzidas, as pensões requeridas antes da idade normal de acesso à reforma passaram a ser substancialmente reduzidas pela aplicação de uma dupla penalização: aumento do factor de sustentabilidade (actualmente 14,5%) e um factor de redução que tem em conta o número de meses de antecipação relativamente à idade legal de acesso à pensão (0,5%

ao mês). Também a idade de acesso à reforma passou a crescer todos os anos em função da esperança média de vida e já é, este ano, de 66 anos e 4 meses.

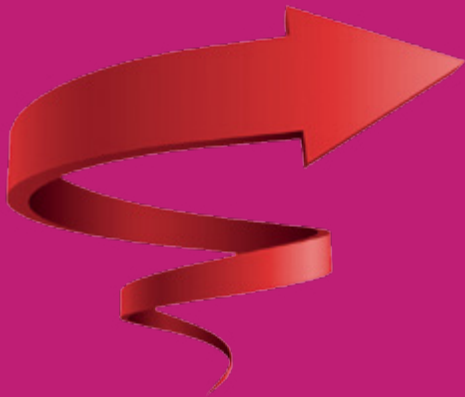
Assim, se por um lado é expectável podermos viver mais tempo, sinal positivo da evolução social, por outro lado será cada vez menor o valor da pensão atribuída, sendo certo que, com o envelhecimento, não seja de prever uma redução nas despesas de subsistência. O resultado perverso será um aumento da esperança média de vida, a par da redução da sua qualidade.

A CGTP-IN entende que, para assegurar a sustentabilidade do sistema e atribuir pensões dignas, é necessário:

- valorizar o trabalho de todas as gerações, rompendo definitivamente com o modelo de baixos salários e vínculos precários;
- assegurar maior eficiência e eficácia na cobrança das contribuições, na recuperação de dívida e no combate à fraude e evasão contributivas;
- ampliar os meios de financiamento do sistema por via da diversificação das suas fontes, nomeadamente através do Valor Acrescentado Líquido das empresas.

A revisão do regime da antecipação da idade da reforma não pode ficar limitada à protecção das muito longas carreiras contributivas (acima de 46 anos), mas deve estender-se a todas as situações e regimes de antecipação, conforme o compromisso assumido pelo Governo.

Por tudo isto, a CGTP-IN exige do Governo que retome rapidamente as negociações, no sentido de concluir a prometida revisão do regime das reformas antecipadas abrangendo todas as actuais situações de antecipação.



Novos pedidos de mobilidades intercarreiras e intercategorias na CML

De 15 de Dezembro a 15 de Janeiro decorreram os procedimentos tendo a vista a concretização de novos pedidos de mobilidade – intercategorias e intercarreiras. Aos trabalhadores que reuniam as condições para efetuar estes pedidos, em termos de habilitações, experiência profissional e exercício em funções em categoria ou carreira superior à que detêm neste momento, foi criada uma nova janela de expectativas. Não consideramos que seja uma ‘janela de oportunidades’ porque nada garante à partida a sua efectiva consolidação para a categoria ou carreira desejada. É injusto? Seguramente para a maior parte dos casos que sejam excluídos deste processo.

Temos conhecimento que são cerca de duzentos os trabalhadores que já tinham pedidos de mobilidade de anos anteriores e que agora tiveram que repetir novas solicitações, iniciando da estaca zero um novo processo, também ele agora mais burocratizado. Falta agora considerar os que, entretanto, reuniram condições para requerer a mobilidade e cruzar com os processos centralizados no Departamento de Recursos Humanos da CML. Só depois de ‘contas feitas’, será possível averiguar o número de trabalhadores que de facto recorreram, pelos novos mecanismos criados, a pedidos de mobilidade face ao universo conhecido.

A conjugação das vagas disponíveis no Mapa de Pessoal com as necessidades do município nas áreas consideradas, são elementos que irão influir determinantemente no desfecho final face à atribuição de mobilidade a cada trabalhador. Elementos importantes na ponderação final, além da entrevista, a já referida experiência e formação profissional, mas também o tempo de exercício em funções. Critérios objetivos importados pelo STML já que a posição inicial da CML passava apenas por ter em linha de conta uma entrevista que, como todos reconhecemos, revela um carácter extremamente subjetivo. Neste contexto, com mais do que uma dimensão passível de avaliação, a probabilidade de uma maior justiça aumentará seguramente para um número também ele maior de trabalhadores.

O STML lembra que em todas as fases que irão marcar este processo, isto é, da aceitação ou não do pedido de mobilidade, às várias etapas de avaliação, há instrumentos disponíveis aos trabalhadores que por razões objectivas pretendam contestar decisões que em alguma medida considerem prejudiciais. Na figura da “audiência de interessado”, esse espaço foi criado procurando tornar este processo o mais equitativo e transparente possível.

O Gabinete Jurídico do Sindicato estará disponível para o acompanhamento e esclarecimentos necessários aos associados que assim o entendam.



Delegado Sindical elo fundamental para um sindicato forte

Delegados Sindicais – Os dirigentes locais

O Delegado Sindical deve ser uma pessoa responsável, honesta, reconhecida pelos trabalhadores e com vontade de promover a melhoria das condições de trabalho, em conjunto com os seus camaradas.

Os Delegados Sindicais são representantes legais dos trabalhadores sindicalizados no seu local de trabalho. Têm competências legais para promover a informação e a melhoria das condições de trabalho. Têm ainda o direito à informação e consulta sobre várias matérias previstas na lei.

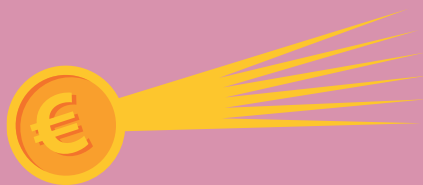
O Delegado deve ser o primeiro a agir, contendo as tentativas de desrespeito da legislação. Ele é fundamental para a organização da actividade sindical no local de trabalho, pois observa em primeira mão e faz a ponte entre os trabalhadores e a direcção sindical.

Para o exercício das suas funções, o Delegado tem direito a um crédito de horas remuneradas e está protegido pela lei, não podendo ser transferido, nomeadamente, de local de trabalho.

Um dos objectivos mais prementes deste Sindicato é o de organizar a sua base a partir dos locais de trabalho. É junto deste agente mobilizador, o Delegado Sindical, que o STML melhor comunica com os trabalhadores. Responsabilidade do Sindicato, promover formação, produção de material informativo e motivando-o à participação em encontros de natureza diversa do Movimento Sindical Unitário da CGTP-IN. Devemos facultar os melhores instrumentos que lhe permitam levar a cabo a sua função mais eficazmente.

Será também importante que o Dirigente acompanhe as acções do Delegado, dando apoio quando necessário. Um Delegado que utiliza de maneira errada o mandato que lhe foi conferido causa sérios prejuízos ao Sindicato.

O STML não pode deixar de reconhecer o importante papel desempenhado pelos seus Delegados Sindicais ao longo de mais de 40 anos, já que contribuíram determinantemente, nos diversos locais de trabalho da cidade de Lisboa, para a melhoria das condições laborais dos seus companheiros.



SIADAP: para quê?

Num momento em que se vislumbra o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos, indexadas às suas notações, torna-se crucial denunciar a forma como as avaliações têm sido feitas, quais as suas consequências e exigir o escrutínio sobre este instrumento de redução salarial, assim como as reparações devidas a todos os prejudicados com as práticas deste sistema.

O Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) tem, na sua génese, o intuito de tornar a Administração Pública mais produtiva, eficaz e eficiente, e promover a motivação profissional e desenvolvimento de competências dos trabalhadores mas, após 10 anos de aplicação, muitos trabalhadores sentem que o ambiente de trabalho se deteriorou, vigorando sobretudo lógicas e pressões de curto-prazo, comportamentos individualistas e pouco cooperativos.

Face à fraca cultura de avaliação e à impossibilidade de uma participação efectiva dos trabalhadores na melhoria do sistema, restam-lhes sentimentos de insatisfação, desinteresse, apatia ou revolta. Está, assim, longe de cumprir a sua missão...

Cedo se percebeu o desajuste deste sistema de avaliação ao serviço público. É missão do trabalhador em funções públicas servir o cidadão com equidade e imparcialidade, numa óptica de serviço universal que não se coaduna com o enfoque cego em resultados e pequenas poupanças de curto-prazo.

A forma como foi introduzido, sem assegurar as condições necessárias para a sua aplicação, sem estudos de monitorização (conhecidos) do impacto real no desempenho dos trabalhadores e sem sistema de melhoria contínua, tornou-o um instrumento inútil e pesado, uma mera formalidade com efeitos contraproducentes e perversos, parecendo uma inevitabilidade para todos.

É um sistema que contraria os princípios de uma avaliação verdadeira e justa quando introduz a obrigatoriedade de sigilo das avaliações e a diferenciação de desempenhos (quotas), que mais não faz que martelar as notações que os trabalhadores receberam.

Para além de serem avaliados (os que o são) por um sistema dúbio e desadequado, a maioria dos funcionários públicos continuará a ver a sua vida prejudicada em 2018, quando se aperceberem que a progressão na carreira está exclusivamente dependente da avaliação do SIADAP. Relembramos que o SIADAP impede deliberadamente qualquer expectativa, justa e legítima, de progressão na carreira e correspondente valorização profissional e remuneratória, vendo assim o trabalhador muito dificultado o acesso, por exemplo, ao topo da carreira. Não se sabe exactamente quantos trabalhadores da CML irão progredir, mas os poucos que serão aumentados não verão compensadas as perdas dos anos de congelamento das carreiras, quer em termos profissionais, quer em termos remuneratórios.

É urgente a mobilização dos trabalhadores para mudar esta realidade, exigindo a revogação do SIADAP e a introdução de um modelo de avaliação do desempenho adequado à necessária inovação organizacional na Administração Pública, centrada no factor humano e assente nos valores da cooperação, confiança, qualidade do serviço, transparência, participação interna e humanização do trabalho.

Mantemos e sublinhamos esta reivindicação da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), que o STML integra, mas que só será possível alcançar com a participação de todos os trabalhadores, em especial os do município de Lisboa que contam já com uma iniciativa própria nesse sentido.

É por estes motivos, que se prevêem realizar dois encontros temáticos – sobre a avaliação de desempenho – nos dias 20 e 21 de Fevereiro no Edifício Municipal do Campo Grande e no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano respectivamente.



Palestina livre e independente!

A declaração do Presidente dos EUA, em Dezembro último, considerando Jerusalém, capital de Israel, é uma verdadeira declaração de guerra ao Povo Palestino.

Apesar da votação da maioria dos países assentes na ONU, recusando esta declaração, os EUA não desarmam na sua arrogância e ingerência. Perante os países que votaram contra, logo emergiu a ameaça do governo norte-americano, como mais uma das faces da política do país da “democracia e liberdade”.

As Nações Unidas, mais uma vez, assumem uma ténue tomada de posição, contra a ingerência de Israel e do seu aliado natural, fechando os olhos, com a conivência da União Europeia, em questões cruciais como os direitos do Povo Palestino.

A justa luta palestina, contra um estado poderoso, bélico e militarizado, como é Israel, com o apoio dos mais poderosos países é uma verdadeira luta entre David e Golias. As agressões aos manifestantes, tratados como criminosos de guerra é constante, independentemente de serem adultos ou menores.

O grupo de defesa dos presos palestinos, apurou que desde o ano 2000 foram detidos mais de 12.000 menores e cerca de 700 foram interrogados em tribunais militares. São cerca de três centenas os menores encarcerados nas prisões israelitas, sem se saber qual o seu crime.

A prisão da menor Ahd Tamini é o espelho de um longo combate que o Povo Palestino vem travando contra a crescente invasão do seu território, após a decisão em 1947 em dividir a Palestina. Os palestinos ficaram na zona oriental e o recém-criado estado de Israel na zona ocidental. Em 1967, Israel começou a invadir o território palestino oriental. Apesar de a comunidade internacional se pronunciar contra, na realidade, nada tem sido feito para travar a ofensiva do governo de Israel que se mantém até aos dias de hoje.

Continua em curso uma bem montada manobra mediática por Israel e pelos países seus aliados, criando a ilusão de que a luta do Povo Palestino não passa de meros atos terroristas, quando na realidade o regime de terror tem sido criado pelas políticas invasoras do governo israelita.

O Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, a CGTP-IN e o STML, apelam a que todos os que lutam pela liberdade e pela justiça, unam esforços pelo Direito à independência e autodeterminação da Palestina e do seu Povo.

Palestina vencerá!